



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RAILTON SANTOS DA SILVA

**A VIDA DE UM POVO EM TERRITÓRIOS ESTRANHOS:
refugiados venezuelanos em Araguaína**

Araguaína/TO

2023

Railton Santos da Silva

**A VIDA DE UM POVO EM TERRITÓRIOS ESTRANHOS:
refugiados venezuelanos em Araguaína**

Trabalho de Conclusão de Curso- (TCC) foi avaliada e apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína, Curso de geografia. Para obtenção do título de licenciatura e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr Alberto Pereira Lopes

Araguaína/TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586v Silva, Railton Santos da.
A VIDA DE UM POVO EM TERRITÓRIOS ESTRANHOS: REFUGIADOS
VENEZUELANOS EM ARAGUAÍNA. / Railton Santos da Silva. –
Araguaína, TO, 2023.

38 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2023.

Orientador: Alberto Pereira Lopes

1. Refugiados. 2. Imigrantes. 3. Venezuelanos. 4. Araguaína... I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAILTON SANTOS DA SILVA

A VIDA DE UM POVO EM TERRITÓRIOS ESTRANHOS:

Refugiados venezuelanos em Araguaína.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à UNFT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína, Curso de geografia para obtenção do título de licenciatura em geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 03 /07/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes, UFNT

Prof. Dr. Marcelo Venâncio, UFNT

Araguaína/ TO, 2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me permitir viver essa conquista, pela minha saúde e pela fé que me manteve firme durante a caminhada.

A Universidade Federal do Norte do Tocantins por me permitir fazer um curso de graduação.

Ao professor Dr^o Alberto Pereira Lopes pela disposição em me ajudar com este trabalho.

Ao professor Marcelo Venâncio por aceitar fazer parte desta banca e pela contribuição com a melhoria deste trabalho.

A todos os professores do Colegiado de Geografia, que com muito profissionalismo e dedicação, contribuíram com minha formação.

Aos meus colegas de curso por compartilharem momentos da vida comigo, pela amizade sincera e pela serenidade em transpassar os momentos difíceis.

Agradeço aos amigos e familiares que se alegram com esta conquista. A torcida e o apoio de todos foram fundamentais para minha permanência na Universidade.

A minha esposa Eduarda Vitória Carvalho da Silva Santos por ser minha companheira durante esta caminhada, por acreditar nos meus sonhos e lutar por eles comigo.

Aos meus nove irmãos que me apoiaram, acreditaram e nunca mediram esforço em me ajudar em qualquer coisa que eu precisasse.

Aos meus pais, Raimundo Nascimento da Silva e Maria de Lourdes Santos da Silva pelos ensinamentos que me fizeram chegar até aqui. Agradeço por terem me direcionado a uma vida digna, pelo incentivo e por acreditarem em meus sonhos, mesmo com as dificuldades. Amo vocês e vos ofereço essa conquista.

RESUMO

Este trabalho apresenta as dinâmicas migratórias realizadas pelos refugiados venezuelanos na cidade de Araguaína - TO. Os refugiados venezuelanos deixaram a Venezuela, fugindo da crise política e da guerra civil, abandonando toda uma história e as singularidades. O objetivo dessa pesquisa é compreender as razões que levaram esses imigrantes a virem para o Brasil, especialmente para a cidade de Araguaína como o caso dos Venezuelanos, em sua magnitude motivadas pelas questões políticas, econômicas e sociais no seu país de origem, bem como as políticas assistencialistas do município em relação as famílias refugiadas. A metodologia adotada fundamentou se pesquisa exploratória envolvendo levantamento bibliográfico e entrevistas, qualitativa porque foi investigado o modo de vida dos refugiados, explicativa porque buscou se identificar os fatores que determinam o problema da pesquisa. Dentre os resultados pode se destacar as políticas de acolhimento e de incentivo a autonomia do imigrante.

Palavras-chave: Refugiados. Imigrantes. Venezuelanos. Araguaína..

ABSTRACT

This work presents the migratory dynamics carried out by Venezuelan refugees in the city of Araguaína - TO. Venezuelan refugees left Venezuela, fleeing the political crisis and civil war, abandoning a whole history and singularities. The objective of this research is to understand the reasons that led these immigrants to come to Brazil, especially to the city of Araguaína as the case of Venezuelans, in their magnitude motivated by political, economic and social issues in their country of origin, as well as the welfare policies of the municipality in relation to refugee families. The methodology adopted was based on exploratory research involving bibliographical survey and interviews, qualitative because the way of life of refugees was investigated, explanatory because it sought to identify the factors that determine the research problem. Among the results, the reception and incentive policies for the immigrant's autonomy can be highlighted.

Key-words: Refugees. Immigrants. Venezuelans. Araguaina.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFUGIADOS NO BRASIL: ANÁLISE DAS CAUSAS E DA CONSEQUÊNCIAS	10
2.1O MOTIVO DAS FAMÍLIAS REFUGIADAS AO SAIR DE SEU PAÍS DE ORIGEM.	12
2.2O BRASIL COMO LUGAR DOS REFUGIADOS NA ESPERANÇA DE UMA NOVA VIDA.	13
2.3A POLÍTICA BRASILEIRA PARA INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS COMO REINTEGRAÇÃO A SOCIEDADE	16
3 REFUGIADOS VENEZUELANOS EM ARAGUAÍNA E A INSERÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS À SOCIEDADE.	20
3.1A HISTÓRIA DOS VENEZUELANOS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA	22
3.2O PODER PÚBLICO E A ASSISTÊNCIA AS FAMÍLIAS VENEZUELANAS	25
3.3A IMPORTÂNCIA DO TEMA REFUGIADOS PARA A CIÊNCIA GEOGRÁFICA NA ESCOLA BÁSICA .	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, não é difícil de ver movimentações, sejam elas de pessoas, mercadorias, dinheiro, influências e interesses. Dessa forma, essas movimentações intercontinentais chegam a modificar o modo de vida das pessoas e as dinâmicas espaciais dos lugares. Este trabalho retrata sobre a vida dos refugiados venezuelanos na cidade de Araguaína - TO e procura entender essa dinâmica migratória, desde a época em que os venezuelanos deixaram a Venezuela, até o modo em que eles vivem em Araguaína.

É perceptível sem muito esforço, ver famílias de venezuelanos pelas ruas de Araguaína. Quando não estão nos semáforos pedindo ou oferecendo seus serviços, pode se observar a presença deles sentados pelas calçadas no centro da cidade pedindo esmolas, nesse último caso é mais recorrente mulheres idosas, ou mães com crianças de colo.

Assim, nessas situações, vivem os refugiados venezuelanos que deixaram o seu país, fugindo da crise política e da guerra civil, abandonando toda uma história e as singularidades de um lugar, em busca de ocupar um novo espaço que lhes permitam viver uma vida digna. Todavia, ao invés de encontrarem vida melhor, para alguns as condições de vidas são semelhantes as dificuldades que passavam na Venezuela.

Diante desse cenário surgiram diversas dúvidas, como: qual o real motivo que esse povo deixou o seu país de origem? Por que eles escolheram o Brasil e Araguaína para morarem? Quais são suas fontes de sustento? Se esses refugiados têm acesso a saúde e a educação? Perante tantas interrogações ver se que é necessário um estudo mais aprofundado sobre o tema, para chegarmos aos resultados dessas inquietações.

Compreender a dinâmicas dos refugiados nos permite entender suas dificuldades, eliminar conceitos supérfluos do que seriam os refugiados, promovendo a eles a aceitação como cidadãos normais, com todos os direitos garantidos podendo tornar se um comum dentro do território.

Este trabalho contribui também para as práticas do ensino de geografia nas escolas, porque conforme a Base Nacional Comum Curricular, a geografia tem o papel de ajudar na compreensão crítica do mundo, através das transformações e interações sociais em todo o planeta. Dessa forma, compreender as dinâmicas migratórias, permite que se percebam as conexões entre os contextos sociais, econômicos e políticos, dentro das categorias de estudo da geografia.

Este trabalho tem como objetivo principal compreender as razões que levaram esses imigrantes a virem para o Brasil, especialmente para a cidade de Araguaína como o caso dos

Venezuelanos, em sua magnitude motivadas pelas questões políticas, econômicas e sociais no seu país de origem, bem como as políticas assistencialistas do município em relação as famílias refugiadas. Para chegar aos resultados almejados, seguimos alguns caminhos como: identificar quantas famílias de refugiados e números de filhos vindos da Venezuela vivem em Araguaína e quais os motivos que o trouxeram para esta cidade; onde vivem esses refugiados e qual o apoio em relação a assistência do município as famílias; analisar a qualificação das famílias em relação ao aspecto educacional, saúde, moradia e quais as possibilidades de trabalho na cidade; analisar se estas famílias sentem a necessidade de retorno a seu lugar de origem.

Neste trabalho desenvolvemos um modelo de pesquisa exploratória envolvendo levantamento bibliográfico e contato por meio de conversa direta ou indireta (como os refugiados Venezuelanos, e instituições do município que fazem um trabalho de apoio) que carregam experiência de práticas vividas sobre o problema aqui pesquisado, também como explicativa porque procuramos identificar os fatores que determinam o problema da pesquisa, qualitativa porque serão investigados a qualidade de vida dos refugiados venezuelanos em Araguaína, e por fim quantitativa, porque através dos dados foi feito um panorama de informações de quantos vivem, quantos trabalham, quantos estudam em Araguaína.

Para a coerência e fácil entendimento, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, organizados da seguinte maneira: primeiro a introdução, que traz um panorama do que será visto nos próximos capítulos. O segundo capítulo aborda os refugiados no Brasil, onde é feita uma abordagem analisando as causas e as consequências desse fenômeno. O terceiro capítulo retrata a vida dos refugiados venezuelanos na cidade Araguaína e a inserção social das famílias à sociedade, abordando também importância do tema refugiados para a ciência geográfica na escola básica. E por último apresenta-se as considerações finais e as referências bibliográficas que serviram como base para a pesquisa.

No mundo globalizado, não é difícil de ver movimentações, sejam elas de pessoas, mercadorias, dinheiro, influências e interesses. Dessa forma, essas movimentações intercontinentais chegam a modificar o modo de vida das pessoas e as dinâmicas espaciais dos lugares.

2 REFUGIADOS NO BRASIL: ANÁLISE DAS CAUSAS E DA CONSEQUÊNCIAS

Nos tempos modernizados e nesse mundo globalizado, os processos de imigração se intensificaram. Em alguns países a imigração chega a se tornar um problema, para Silvia e Lima (2017) essa intensificação é tão grande que alguns países e regiões são considerados como produtores de imigrantes. França e Ferraz (2022) esclarecem que ao mudar de território, também acaba sendo modificado o cotidiano, pois o sujeito passa a viver uma outra prática social, o que acaba gerando conflitos com a sociedade local. Nesse sentido, os imigrantes têm uma vida dinâmica remodelada, diversificada e complexa, Márquez (2019).

Existe uma diferenciação entre “migrantes” e “refugiados”. A distinção entre os dois termos está no motivo ou na forma em que os sujeitos decidem se deslocarem de um território para outro. "Habitualmente, o termo “migrante” é atribuído às pessoas que saem de seu país de origem por livre e espontânea vontade, em busca de melhores oportunidades de vida em outras regiões ou países." (PAULA; BONINI; SILVA; OLIVEIRA FILHO, 2019, p.12). O migrante e o refugiado saem de seus territórios em busca de condições de vidas melhores, mas o imigrante tem a perspectiva de retorno ao contrário dos refugiados que saem de seus territórios por motivos alheios a sua vontade e dificilmente conseguirão se reinserir novamente em seus locais de origem. (Revista do Instituto Humanistas Unisinos 2011).

Pode-se entender por território de acordo com Saquet (2015) uma área na qual há relação de poder exercido. O autor aponta que o território é formado através das construções sociais, resultando sempre numa espécie de apropriação e domínio de um espaço. Assim, pode se sustentar que o território é construído a partir das territorialidades, que são as relações entre um grupo social e o ambiente em que estão inseridos e apropriados, constituídos de regras e normas que lhes permitem uma organização espacial.

Quando relacionadas as questões de formação e transformação do território e do espaço com os imigrantes, estes deixam seus territórios, costumes e subjetividades para trás e buscam em um novo espaço, a conquista e a criação de um novo território. Ao migrar de um território para outro, o imigrante não perde vínculo com o seu lugar de origem, embora ele não possa viver da mesma maneira, leva consigo lembranças, costumes e cultura própria. A expectativa é de que haja uma integração de mão dupla, onde “nacionais e estrangeiros possam ajustar seus comportamentos e atitudes entre si, demandando um esforço dos nacionais para entender o diferente e o direito do estrangeiro de preservar seu repertório cultural de origem.” (MOREIRA, 2014, p. 89).

Embasado nas afirmações de Paula, Bonini, Silva e Oliveira Filho (2019), existem dois tipos de migração. As migrações voluntárias, e as migrações forçadas por forças externas, onde na última, estão classificados os refugiados. Os migrantes voluntários, migram sem nenhum tipo de força externa, apenas pela sua concepção e vontade própria, ao contrário dos migrantes forçados, que são obrigados a se deslocarem por perseguições políticas e religiosas ou por não terem a garantia dos direitos humanos. Existem também os deslocados ambientais que são forçados a migrar por causa de desastres ambientais, como, terremotos e tsunamis, porém quem faz parte deste último grupo, apesar de terem sido forçados a se mudar, não são considerados refugiados, eles são classificados como deslocados ambientais, Martin et al. (2018).

Refugiados são considerados migrantes internacionais que deixam forçadamente seu território de origem. Para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) o termo refugiado é dado a qualquer pessoa

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ACNUR, 1951, p. 2)

O ACNUR é a agência da ONU para refugiados, tem como principal objetivo proteger e promover soluções para os problemas dos refugiados. A lei brasileira nº 9.474, de 22 de julho de 1997 regulamenta o Estatuto dos refugiados de 1951. Esta lei reconhece em seu artigo 1º e seus incisos I, II e III, como pessoa refugiada aquela que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997, p. 1).

Segundo Lima e Silva (2017) existem aproximadamente um milhão e meio de pessoas estrangeiros de forma irregular no Brasil. Esses imigrantes ilegais, “saem de seus países por vontade de crescer financeiramente, ou ter melhor qualidade de vida” (LIMA; SILVA, 2017, p. 394). No entanto, não tem nenhuma legislação reguladora, que lhes permitam viver legalmente no Brasil. Ao contrário dos refugiados esses têm suas permanências baseadas em condições jurídicas. As mesmas autoras ainda enfatizam que em sua maioria os imigrantes chegam ao Brasil com condições econômicas desfavoráveis, como consequência, acabam ficando vulneráveis a morar e a trabalhar em locais insalubres. Em relação aos imigrantes com

alta escolaridade procuram cidades com uma grande rede de produção e distribuição. Isto porque nessas cidades concentram-se as maiores redes de indústrias e grandes empresas, o que acaba gerando uma demanda maior por mão de obra qualificada, tornando mais fácil a inserção no mercado de trabalho para os imigrantes com nível de formação superior.

A causa desses deslocamentos estão ligados de acordo Moreira (2014), principalmente a instabilidade política presente nos países de origem, que acabam ocasionando outros fatores como altos níveis de pobreza e miséria que também são originadas pelas desigualdades socioeconômicas herdadas pela instabilidade política. De acordo com Moreira (2005) os conflitos locais a partir da hora em que começa atingir a população civil podem ferir os direitos humanos, colocando em risco sua integridade física e segurança e liberdade, tornando responsabilidade do país acolhedor o dever de “prover proteção a essa população estrangeira recebida em seu território e garantir direitos que estavam em risco no país de origem.” (MOREIRA, 2014, p. 86)

Por estarem juridicamente assegurados a terem seus direitos garantidos pelos países que os recebem, os refugiados não estão livres de dificuldades. Por consequência dos conflitos em seus territórios originais, essas pessoas chegam no país acolhedor com um perfil socioeconômico muito abaixo dos naturais, e quanto maior suas diferenças, sejam elas econômicas, étnicas e religiosas ou de qualquer outro aspecto cultural, maior será a dificuldade de adaptação e sobrevivência. (LIMA; SILVA, 2017). Essas dificuldades podem não ser somente de adaptação podendo se tornar também problemas psicológicos, já que para França e Ferraz (2022, p. 02) “o espaço e a cultura são elementos constitutivos das funções psicológicas das pessoas, e a mudança de espaço e os conflitos culturais podem interferir e causar sofrimento psicológico nesta população.”

2.1 O motivo das famílias refugiadas ao sair de seu país de origem.

Existem vários motivos que influenciam as pessoas migrar de um país para outro, e no caso do Brasil, esse processo de migração está associado “na esperança de encontrar melhorias na qualidade de vida” (LIMA; SILVA, 2017, p. 392). Para Márquez (2019), as migrações estão relacionadas as novas políticas neoliberais, que acabam favorecendo os mais ricos e prejudicando os mais pobres, impulsionando grandes fluxos migratórios de pessoas que procuram em outros países, melhores condições de sobrevivência.

Os refugiados buscam em novos territórios condições diferentes do que estavam tendo em seus lugares de origem. Nesse sentido, se veem obrigados a migrar, e isso ocorre quando

eles não têm seus direitos assegurados, passando a se sentirem ameaçados e não mais se sentindo cidadãos daquele lugar. De acordo com Moreira (2014) questões culturais, de raça religião, desigualdades socioeconômicas e altos níveis de pobreza são as principais causas das migrações forçadas de estrangeiros.

Ainda sobre os motivos dos refugiados sair de seus países de origem, pode se considerar que eles não se mudam por vontade própria. Para Paula, Bonini, Silva e Oliveira Filho (2019) as razões dos refugiados migrarem estão relacionadas as questões de sua sobrevivência, intensificando a ideia de que não há migração somente por condições de vida melhor, mas também por questão de vida ou morte.

Com relação aos deslocamentos dos venezuelanos para o Brasil, e para outros países da América do Sul os principais motivos estão ligados aos campos políticos, as condições econômicas, sociais e humanitárias, que se agravaram a uma crise de abastecimento, forçando os deslocamentos em massa para fora do país, segundo (OLIVEIRA, 2020).

2.2 O Brasil como lugar dos refugiados na esperança de uma nova vida.

Considerando que os refugiados deixem seus territórios por causa de diversos tipos de perseguições, sejam elas políticas, religiosas, ideológicas, e, pela falta de condições mínimas de sobrevivência e bem-estar, originadas por fortes crises financeiras e as péssimas condições econômicas nos países de origem, estes grupos buscam viver em outros países com alternativa de ter conforto e comodidade.

Relacionado aos venezuelanos, as suas vindas para o Brasil são “motivadas pelo agravamento das condições econômicas e sociais da Venezuela. A crise na Venezuela abarca todos os campos possíveis, políticos, econômicos, sociais e humanitários” (OLIVEIRA, 2020, p. 233). Diante disso, grandes partes dos venezuelanos vieram para o Brasil, por causa das restrições impostas por países da Europa, e pelo fato do Brasil e a Venezuela terem fronteira seca, o que facilita na chegada e entrada dos venezuelanos no país vizinho, segundo Daya Hayakawa Almeida (2021).

Segundo dados do Relatório situacional Brasil, o país abriga cerca de 800 mil pessoas provenientes de países estrangeiros. O quadro 1 a seguir exhibe as principais nacionalidades de estrangeiros no Brasil no ano de 2020.

Quadro 1— Residentes estrangeiros no Brasil por nacionalidade (2020)

País de nacionalidade	Total de registros
Portugal	185.401
Venezuela	148.782
Haiti	125.821
Bolívia	104.628
Argentina	62.049
TOTAL	626.681

Fonte: DAYA HAYAKAWA ALMEIDA (2021)

De acordo com Daya Hayakawa Almeida (2021) as migrações venezuelanas ganharam destaque no Brasil a partir de 2016, sendo mais visível em 2017 e tornando se pico no ano de 2019. Neste período foram contabilizadas a entrada de 609.049 venezuelanos e 345.574 saíram de volta para o país vizinho. Os venezuelanos viam no Brasil esperança de vida melhor, porém o país, não foi o único da América Latina a receber imigrante venezuelanos. Conforme a tabela 1, o Brasil ocupa a 5ª posição entre os países que mais receberam imigrantes da Venezuela.

Tabela 1 - os principais países na América do Sul com imigrantes venezuelanos (2020)

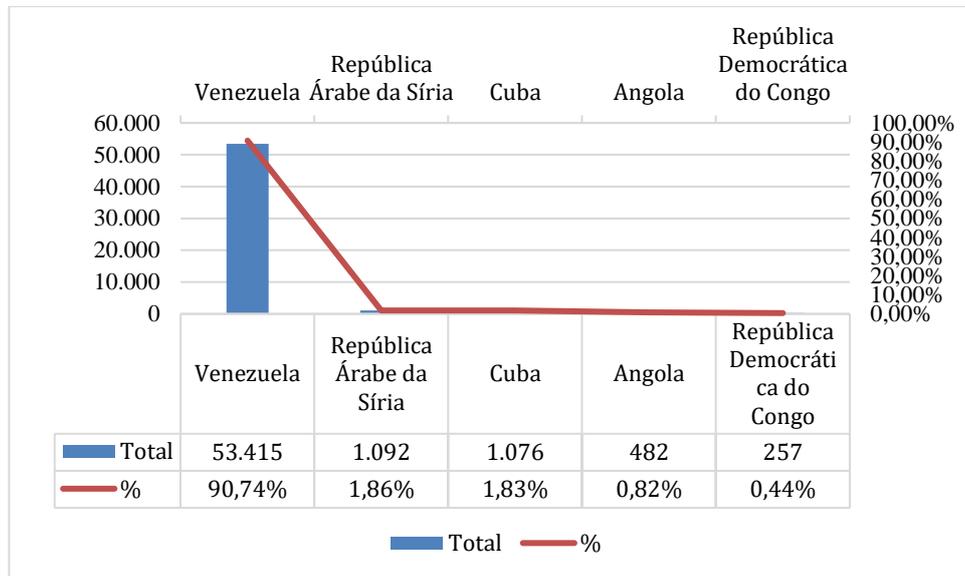
PAÍS	POPULAÇÃO DE IMIGRANTES
Colômbia	1.800.000
Peru	1.000.000
Chile	457.300
Equador	417.200
Brasil	262.500

Fonte: DAYA HAYAKAWA ALMEIDA (2021)

Mesmo não sendo o país com maior número de refugiados de venezuelanos, houve no Brasil uma alteração da dinâmica social, principalmente no estado de Roraima, devido ao alto fluxo de imigrantes provenientes da Venezuela. Daya Hayakawa Almeida (2021) afirma que diante do elevado número de pessoas chegando ao Brasil em um curto espaço de tempo e principalmente por um único lugar (Pacaraima-RR) o país teve que investir em uma operação logística para cumprir o acordo de proteção mínima para os não nacionais.

O Gráfico 1 mostra os países com o maior número de refugiados entre os anos de 2019 e 2022 - a Venezuela com 53.415 pessoas reconhecidas, em seguida estão os Sírios com 1.092 pessoas reconhecidas, seguido da Cuba que teve 1.076 pessoas reconhecidas e com menos de mil estão em quarto e quinto lugar Angola com 482 e a República Democrática do Congo com 257 pessoas na condição de refugiados.

Gráfico 1: Condição de refugiado reconhecido pelo CONARE de 2019 a 2022



Fonte: Acnur (2023)

Apesar do expressivo número de refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, esses números ainda são considerados baixos, “apenas em 2021, foram feitas 29.107 solicitações da condição de refugiado, sendo que o Conare reconheceu 3.086 pessoas de diversas nacionalidades como refugiadas.” (ACNUR, 2023, p. 1). O baixo número em relação aos pedidos está relacionado à demora na tomada de decisões. Segundo o próprio Acnur (2023), o Conare levou em média 2,4 anos para decisão de concessão ou não da condição de refugiado, só no período de 2019-2022.

O imigrante que chega ao Brasil, mesmo que esteja de forma irregular não fica impedido e pode pedir a condição de refugiado. Segundo Oliveira (2020) o imigrante poderá solicitar a condição de refugiado em qualquer posto de autoridade migratória que se encontre na fronteira, e ela deve lhes orientar com todas as informações necessárias à realização do pedido. Outro fato importante é que

A pessoa já possui as condições de refugiado antes mesmo do seu reconhecimento por qualquer estado. O estado não atribui qualidade de refugiado, somente constata essa qualidade, reconhecendo-a. Juridicamente, isso significa a impossibilidade de punição por ingresso irregular no território, tendo em vista que se subteve uma forma de “estado de necessidade” do indivíduo que tenta salvar-se imediatamente, sem tempo de espera de procedimentos legais e burocráticos. (OLIVEIRA, 2020, p. 244)

Diante disso o imigrante, após realizar o pedido da condição de refugiado, fica reconhecido como refugiado até que seja julgado e decidido pelo Conare, não podendo o Estado considerá-lo como irregular. “Tanto o solicitante como os membros de sua família têm

permissão de residência provisória no país, recebendo documentos provisórios de identidade após a propositura do pedido de refúgio”. (MOREIRA, 2014, p. 92).

Segundo Olivera (2020) o principal motivo das migrações venezuelanas está relacionado a questões econômicas, humanitárias e pela crise de abastecimento que atingiu a Venezuela. Desta maneira os venezuelanos não se enquadram como refugiados, se analisados pela primeira definição dada neste trabalho. Porém se enquadram na definição dada pela Lei brasileira nº 9.474, de 22 de julho de 1997 também já citada neste trabalho, já que foram forçados por questões violação de direitos humanos.

Outra maneira que os venezuelanos encontraram de ficar legalmente no país, foi a obtenção do visto temporário. Este visto foi criado através Decreto nº 6.975/2009 que visa solucionar os problemas da migração dos países que fazem parte do MERCOSUL possibilitando a estadia de qualquer cidadão de qualquer país pertencente ao bloco, em outro país que também pertence ao bloco. Brasil (2009).

Tendo em vista que a Venezuela não faz parte do MERCOSUL, o governo brasileiro criou a Portaria Interministerial nº 09/2018 que visa a utilização do visto temporário a países fronteiro e que não fazer parte do acordo MERCOSUL. A Portaria Interministerial nº 09/2018,

Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiro, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional. (BRASIL, 2018, p. 1).

Desta forma, com todas as flexibilidades postas pelo estado brasileiro para a aceitação de imigrantes fronteiros, assim como a facilidade de solicitar refúgio e a não criminalização pela entrada irregular no território brasileiro, os refugiados enxergam no Brasil uma porta de entrada com a esperança de reconstrução de uma nova vida.

2.3 A política Brasileira para integração das famílias como reintegração a sociedade

De acordo com Moreira (2014) o país que acolhedor de refugiados, deve garantir a eles os direitos que estavam em risco em seus países de origem. Diante disso o governo do Brasil, juntamente com instituições religiosas (Cáritas e IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos) e o Acnur trabalham em conjunto para a garantia de assegurar o direito dos refugiados no Brasil. Estes, juntos formam um comitê que tem por objetivo, segundo (MOREIRA, 2014, p. 92).

julgar em primeira instância os pedidos de refúgio, ou seja, realizar o processo de elegibilidade pelo qual se reconhece o estatuto de refugiado; determinar a perda e cessação da condição de refugiado; além de “orientar e coordenar ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados.

A primeira forma de integração das famílias refugiadas no país, se dá através das leis que regulamentam a entrada e a permanência dos imigrantes no Brasil. Entre estas estão a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 que institui a lei de migração e dispõe acerca dos direitos e deveres dos imigrantes. A Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 que define os mecanismos para a implementação do Estatuto do Refugiados de 1951. A Portaria Interministerial nº 09, de 15 de março de 2018 que concede visto temporário a imigrante de país que não faz parte do MERCOSUL, mas que faz fronteira com o Brasil. E ao o Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018 que dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o documento de identificação provisório de registro nacional migratório, conforme Oliveira (2020).

A lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 em seu artigo 11 cria o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Os objetivos do CONARE são os de analisar o pedido e declarar o reconhecimento ou não da condição de refugiado, e determinar a perda da condição de refugiado. O comitê é formado pelo Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e do Desporto, um representante do Departamento de Polícia Federal e um representante de organização não-governamental, que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no país. O ACNUR será sempre convidado para as reuniões, porém sem direito ao voto dentro do comitê (BRASIL, 1997).

A Cáritas Brasileira, é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Cáritas Brasileira age em diversas áreas, porém no que âmbito do refúgio e imigração, atua no acolhimento, integração, proteção e promoção dos refugiados, sempre de acordo com os preceitos da igreja católica.

Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) é uma associação sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, vinculada à Congregação das Irmãs Scalabrinianas, que tem como objetivo principal a atuação na defesa de direitos dos refugiados, imigrantes e apátridas. Junto com a Cáritas e o CONARE, busca maneiras de integrar os refugiados aos nacionais brasileiros.

A integração das famílias refugiadas no Brasil, ocorre quando a garantia dos direitos constitucionais a eles é garantida. Segundo Moreira (2014) a integração envolve questões socioeconômicas, culturais e políticas. Sendo assim, a chegada em massa de imigrantes pode

ocasionar outras questões sociais, originando problemas até mesmo aos nacionais, como afirmam Vandermurem e Obregon (2019).

O início da integração está no processo de acolhimentos dos refugiados, onde segundo Silva e Rodrigues (2009) é primeiro tirado os documentos fundamentais, o acesso a saúde, escola e trabalho para os refugiados. Entre os documentos essenciais estão o Registro Nacional do Estrangeiro (RNE) e a Carteira de Trabalho.

Nos últimos anos uma grande quantidade de pessoas vindas da Venezuela chegou ao Brasil principalmente pelos estados da região norte. Oliveira (2020) aponta que Pacaraima uma cidade no estado de Roraima e que faz fronteira com a Venezuela, teve sua rotina alterada com a chegada de pelo menos 40 mil imigrantes venezuelanos só em 2018. Este montante de pessoas vindas da Venezuela acabou superlotando a cidades fronteiriças que não tinha estrutura para abrigar tantas pessoas. Esta afirmação se sustenta no que escreveram (VANDERMUREM; OBREGON, 2019, p. 506)

As cidades que acabam sendo ocupadas por um grande número de pessoas, geralmente não têm a preparação necessária para isso, causando conflitos com a população local, o que é resultante de uma localidade sem a infraestrutura para receber uma quantidade de pessoas que não é habitual.

Outra maneira de ajudar na integração dos refugiados, foi a operação acolhida, realizada pelo Conare. A operação tinha como objetivo o fornecimento de estruturas para receber e abrigar os imigrantes. Entre as assistências fornecida pela operação acolhida estavam “estruturas de recebimento de pessoal, triagem e áreas de abrigo e acolhimento [...] estruturas de saúde, alimentação, recursos humanos” (OLIVEIRA, 2020, p. 257).

Portanto a operação acolhida desafogou os sistemas das cidades fronteiriças que havia recebido grandes números de refugiados venezuelanos. Tendo em vista que a chegada dos venezuelanos propiciou uma série de problemas aos nacionais.

Como solução para os problemas causados pelo impacto da chegada dos refugiados venezuelanos a cidades que fazem fronteira com a Venezuela, havia segundo Paula (2019), a necessidade de interiorizar os refugiados, com o intuito de amenizar problemas como por exemplo, a disputa por emprego, aumento da violência, a estagnação da rede pública de saúde.

A respeito da interiorização, como Paula (2019) afirma, para que a integração local do refugiado seja realizada com êxito, o refugiado tem que se sentir pertencente ao novo lugar onde está inserido. Neste aspecto os venezuelanos devem ser tratados de maneira em que os princípios da igualdade lhes sejam garantidos, em qualquer estado ou município brasileiro.

Segundo a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, é tido como solução para o problema dos refugiados repatriação, integração local e o reassentamento destes. Essas ações têm o

objetivo de amenizar os problemas causados pela chegada dos refugiados nas cidades brasileiras, e de forma legal cumprir com a garantia de direitos aos imigrantes determinadas por lei.

A repatriação acontece quando retorna ao seu país de origem, por vontade própria, não sofrendo mais nenhum tipo de perseguição ou violações de direitos. Consoante Moreira (2005) a repatriação é a ação mais desejada pelos refugiados, pelo fato de ser natural o retorno do seu lugar de origem. Contudo, essa é uma das mais difíceis de acontecer, devido a não cessação dos conflitos que os obrigaram a refugiar se em outros países.

Ainda de acordo com Moreira (2005) a integração local propicia aos refugiados a condição de reestruturação de sua vida em uma nova sociedade, apesar de sofrerem algumas consequências, principalmente ligadas às diferenças entre eles e a comunidade local, como a língua, a religião, entre outras tradições culturais. No caso de os refugiados não conseguirem com êxito sua adaptação ainda no processo de integração local, estes podem ser reassentados, que consistem no envio dos refugiados para outro país.

3 REFUGIADOS VENEZUELANOS EM ARAGUAÍNA E A INSERÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS À SOCIEDADE.

No capítulo anterior foram analisados os problemas, as causas que fizeram os refugiados saírem de seus territórios, para construir uma nova vida em um novo território. Abordado as políticas brasileiras para recepção e integração dos refugiados em seu território e sociedade. Neste capítulo será explanado a trajetória dos refugiados venezuelanos na cidade de Araguaína TO e a importância do tema relacionado com o estudo e ensino da geografia na educação básica.

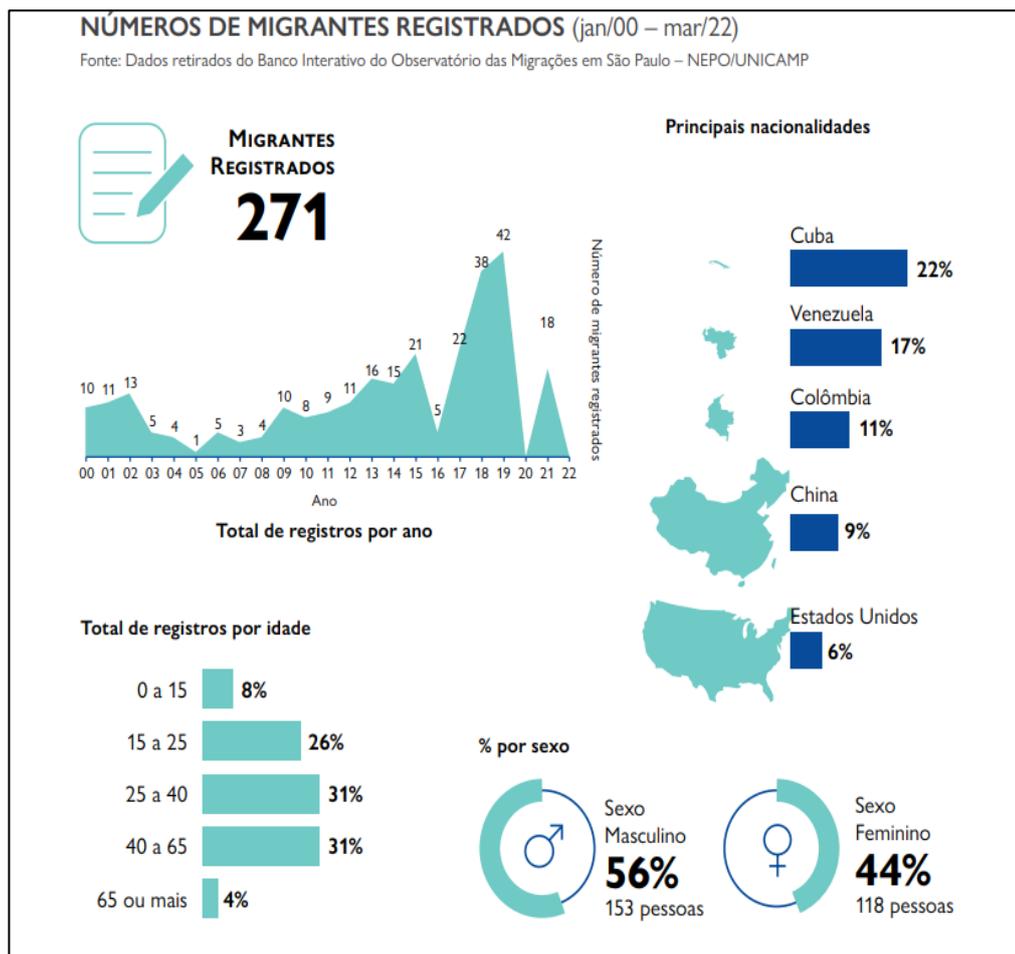
Quando se fala de venezuelanos, o que se pensa é que sempre são povos pobres que vieram em buscar refúgio no Brasil por causa da crise no país vizinho. A afirmativa é verdadeira, muitos deixaram a Venezuela e escolheram o Brasil como novo lar, porém a ideia de que todo venezuelano é refugiado e pobre não é verdadeira. Existem vários perfis de imigrantes provenientes da Venezuela de classes bastantes diferentes. Estes migraram ou se distribuíram da seguinte maneira:

A primeira onda (2012-2014) é caracterizada por venezuelanos altamente qualificados que chegaram pelos aeroportos e escolheram o Brasil devido a restrições migratórias impostas por outros países como a Espanha ou Estados Unidos. A segunda onda (2015-2017) é marcada por venezuelanos pertencentes à classe média, que atravessaram a fronteira amazônica Venezuela-Brasil e deslocaram-se internamente no Brasil. Por fim, a terceira onda, iniciada em 2018, se caracteriza pela expressiva situação de vulnerabilidade dos migrantes, pessoas mais pobres e com pouca instrução, que chegam em Roraima e não dispõem de meios próprios para se deslocarem internamente em território brasileiro. (DAYA HAYAKAWA ALMEIDA, 2021, p.20)

Segundo Daya Hayakawa Almeida (2021) existem vários perfis de venezuelanos situados no Brasil. Primeiro as migrações se deram de maneira pendular, quando grupos adentravam no Brasil por fronteira terrestre, em busca de serviços e produtos escassos na Venezuela. Ainda segundo a autora, devido a intensificação da crise na Venezuela em 2017 os fluxos aumentaram chegando ao pico no ano de 2019.

Com isso, a cidade de Araguaína também tem recebido um quantitativo expressivo de imigrantes, considerando o tamanho da sua população. Segundo o Migracidades (2022) entre os anos de “2000 a 2022, 271 migrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do município,” sendo essas de várias nacionalidades, entre elas estão Cuba, Venezuela, Colômbia, China e Estados Unidos, conforme mostra a figura 1, mas segundo o senso municipal, entre janeiro e junho de 2023, havia 111 pessoas estrangeiras registradas nos dados da Diretorias de Políticas Públicas do município de Araguaína, conforme apresenta a figura 1.

Figura 1: Número de migrantes na cidade de Araguaína entre 2000 e 2022.



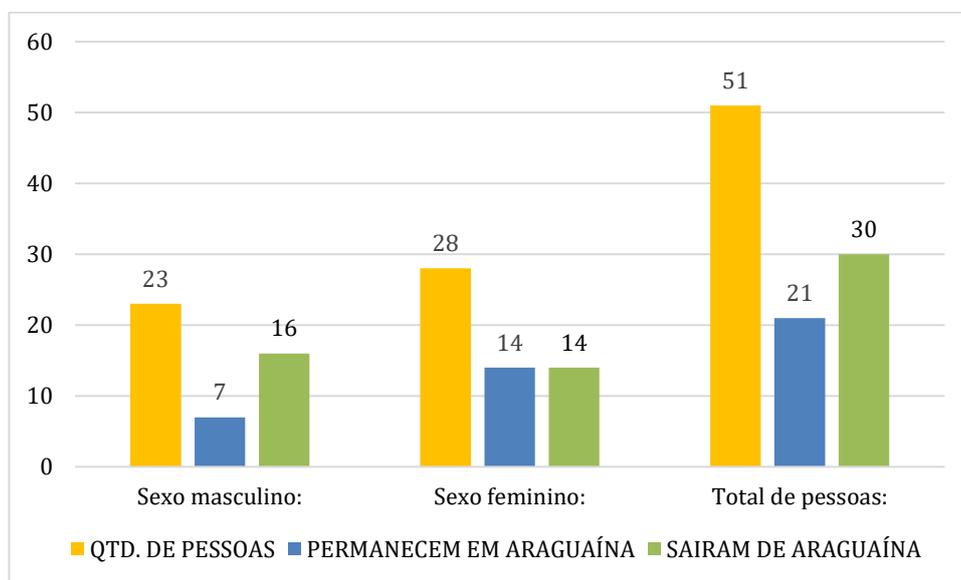
Fonte: Migracidades (2022)

Ao analisar os dados da Figura 1, é possível observar que o maior pico de registros de migrantes em Araguaína se deu entre os anos de 2017, 2018 e 2019, tendo uma queda nos anos seguintes até 2022. Os maiores registros são provenientes da Cuba, Venezuela e Colômbia, correspondendo respectivamente a 22%, 17% e 11% do número de migrantes registrados, restando apenas 9% e 6% do número de refugiados provenientes da China e dos Estados Unidos. Entre eles, há a presença mais significativa do sexo masculino, correspondendo a 56% do total de registros, e 44% do sexo feminino, ambos com a maior a faixa de idade entre 25 e 65 anos.

Dessa maneira, infere-se que há um fluxo de migração. Existem entrada e saída de imigrantes ao longo dos anos, e quando se refere aos refugiados venezuelanos, dados da prefeitura mostram que entre 2021 e 2022 houve um grande fluxo de entrada e saída de refugiados no território araguainense. Segundo Heredia (2023) ocorre um fluxo migratório dentro do país, motivado pela não adaptação e pela falta de emprego em algumas cidades,

obrigando o refugiado procurar em outra cidade meios de vida melhores. (Informação verbal)¹. O Gráfico 2 apresenta os dados saída e permanência em Araguaína pelos refugiados venezuelanos.

Gráfico 2 — Saída e permanência de refugiados em Araguaína entre 2021 e 2022.



Fonte: Gil (2023)

Analisando o gráfico, pode ser ver que no início havia um total de 51 refugiados da Venezuela na cidade, dentre eles 23 eram do sexo masculino e 28 do sexo feminino, sendo que deixaram a cidade 16 homem e 14 mulheres, permanecendo então no final do ano de 2022 apenas 7 pessoas do sexo masculino e 14 do sexo feminino, contabilizando a saída de 30 refugiados e a permanencia de apenas 21 pessoas.

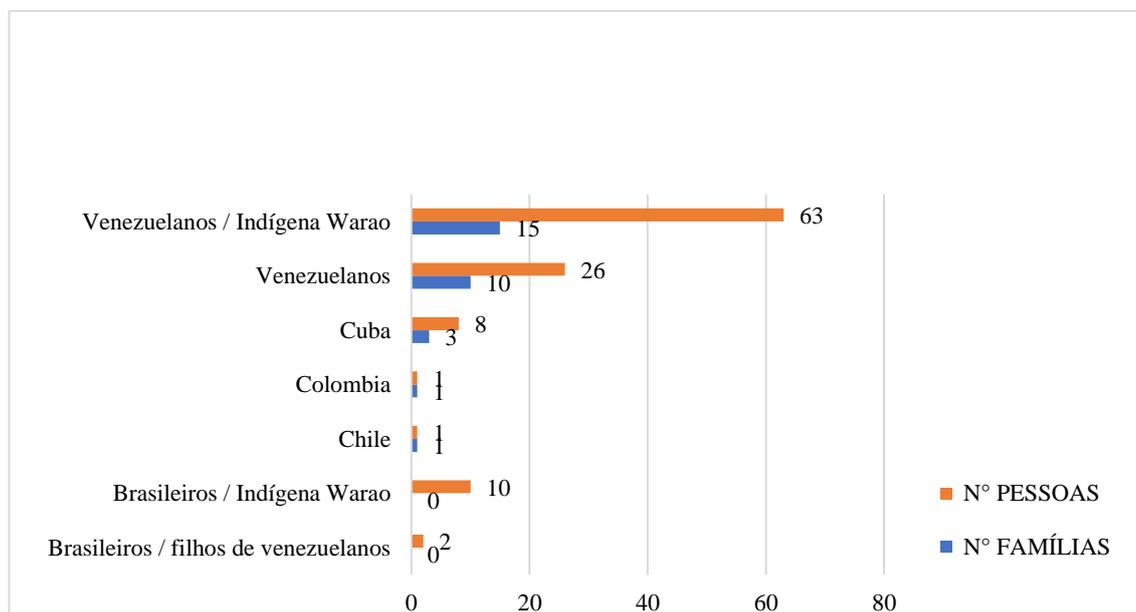
3.1 A história dos Venezuelanos na cidade de Araguaína

Segundo a diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína, atualmente vivem 30 famílias compostas por 111 pessoas refugiadas no município. Essas pessoas são originárias da Venezuela, Chile e Cuba, sendo a maior parte de venezuelanos indígenas Warao. Atualmente em Araguaína vivem 63 venezuelanos indígenas Warao e 26 venezuelanos não indígenas, brasileiros filhos de venezuelanos indígenas são 10 e brasileiros filhos de venezuelanos não indígenas contabilizam duas pessoas. (informação verbal)² conforme o gráfico abaixo.

¹ Informação dada pela refugida venezuelana Maria Heredia em 15/06/2023, nome fictício para preservar a identidade.

² Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023.

Gráfico 3 — Número de famílias e pessoas por nacionalidade - 2023



Fonte: Gil (20223)

Os dados do Gráfico 3 apontam que há uma ampla maioria de refugiados vindos da Venezuela, e que mais da metade são dos povos indígenas venezuelanos Warao. São contabilizadas 63 pessoas venezuelanas indígenas Warao e apenas 26 venezuelanos não indígenas. Além desses, houve desde a chegada dos imigrantes, registros de nascimento de filhos de venezuelanos, indígenas e não indígenas, sendo 10 crianças nascidas no Brasil, mas que são filhos de indígenas Warao, e duas crianças nascida no País e filhas de refugiados venezuelanos não indígenas.

Tendo como maioria os venezuelanos indígenas Warao, há a necessidade de se aprofundar mais sobre quem são esses povos. De acordo com Egas (2020) os Waraos são povos tradicionais da Venezuela, constituindo a segunda maior etnia do país, tendo cerca de 49 mil pessoas. Ainda segundo Egas (2020) os Waraos eram povos que viviam da caça e da coleta, depois começaram a dominar técnicas agrícolas e mais tarde, com a política de intensificação da agricultura pelo governo venezuelano, grande parte desses povos se viram obrigado a migrar para as cidades, e a viverem nas partes mais periféricas dos centros urbanos.

A partir do ano de 2014 com a intensificação da crise na Venezuela, milhares de venezuelanos, indígenas e não indígenas se deslocaram para o Brasil, vindo no País expectativas de vida melhor. Respondendo a entrevista concedida ao autor deste trabalho, uma refugiada venezuelana indígena afirma, “nós saímos da Venezuela por causa da crise, era tudo muito caro, a comida era caro, o remédio era caro, e não podíamos mais ficar ali. Tínhamos que

buscar soluções.” (HEREDIA, 2023). (informação verbal)³. Dessa maneira, entende-se que esses grupos de imigrantes venezuelanos se viram obrigados a deixar o seu país por questões de sobrevivência.

No entanto, a vida desses povos no Brasil também não tem sido fácil. A chegada em massa nos estados que fazem fronteira com a Venezuela causou graves problemas sociais, tanto aos naturais nacionais como aos imigrantes venezuelanos, de acordo com Vandermurem e Obregon (2019). Dessa forma, obrigando as autoridades brasileiras a pensarem ações de emergências voltadas a atender as necessidades demandadas com a chegada dos venezuelanos, segundo Daya Hayakawa Almeida (2021).

Dentre os desafios que os imigrantes enfrentam ao chegarem no Brasil, estão os preconceitos da população local, que segundo Lima e Silva (2017) carregam em si heranças de desrespeitos com os mais vulneráveis. Nesse caso, é evidente que os refugiados venezuelanos, principalmente os indígenas waraos, que quando chegam ao Brasil, sejam pessoas com aspectos socioeconômicos inferiores, devido as dificuldades já vividas na Venezuela.

A maioria dos refugiados que moram em Araguaína são provenientes da Venezuela, dentre eles a maior parte são de indígenas waraos. Antes de chegarem ao município esses imigrantes já haviam passado por outros estados da região norte do Brasil, tentando morar e viver em outras cidades, porém não havendo adaptabilidade, esses povos buscam outras cidades para morarem, conforme fala a refugiada venezuelana, “nós ficamos em Roraima depois fomos para Boa Vista e Manaus depois vamos para Belém, só que não tínhamos oportunidade de trabalho aí viemos para Araguaína e aqui tem sido melhor.” (HEREDIA, 2023). (Informação verbal)⁴.

Lima e Silva (2017) afirmam que pelo fato de os refugiados chegarem no Brasil com aspectos de extrema pobreza, estes acabam por viverem nos locais mais periféricos das cidades, e a situação é tão crítica que há casos de apontamento para o trabalho escravo. No entanto, os refugiados entre venezuelanos que estão habitando em Araguaína, segundo Gil (2023) pelo menos uma pessoa de cada família está na situação de empregado, alguns lotados pela prefeitura municipal, outros em empresas privadas, seguindo o regime CLT. (informação verbal)⁵.

³ Informação dada pela refugiada venezuelana Maria Heredia em 15/06/2023, nome fictício para preservar a identidade.

⁴ Informação dada pela refugiada venezuelana Maria Heredia em 15/06/2023, nome fictício para preservar a identidade.

⁵ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023.

Com isso, além da remuneração paga pela mão de obra de cada trabalhador, as maiorias das famílias também recebem um auxílio de R\$ 600,00 (seiscentos reais) pago pelo Governo Federal, antes chamado de Auxílio Brasil, agora denominado Bolsa Família. Ainda assim, a renda média de cada família não é suficiente para sua subsistência, obrigando os refugiados a buscarem outro tipo de trabalho, chamado por Heredia (2023) de coleta. (informação verbal)⁶

Conforme Egas (2020), os indígenas waraos viviam em seus primórdios através da coleta de frutos e da pesca, mas tarde, começaram a ter o domínio das técnicas agrícolas e se dedicaram a essa área, porém tendo como forma de produção a agricultura de subsistência. Heredia (2023) afirma que no Brasil eles têm muitos gastos que não tinham na Venezuela, como por exemplo, água e gás de cozinha. Em sua própria fala ela retrata

aqui tem muitos gastos, temos que pagar a kit net, energia, água tem também o gás porque aqui a gente não pode cozinhar na madeira só que quando acaba o dinheiro a gente tem que cozinhar na madeira porque não tem outro jeito. (HEREDIA, 2023). (informação verbal)⁷.

Com isso, essa falta de adaptação dos refugiados indígenas warao ao modo de vida das cidades brasileiras, principalmente ligado aos gastos aqui existentes, está relacionado ao estilo de vida do campo vivido por eles na Venezuela, conforme fala a refugiada, “lá nós vivíamos assim no mato, só que aqui é muito distinto de lá. A gente passa muita necessidade, porque só o homem que trabalha e quando acaba o dinheiro não tem como comprar comida.” (HEREDIA, 2023) (informação verbal).⁸ Porém, Egas (2020) afirma que embora os modos de vidas do indígenas warao fossem de hábitos rurais, de produção de subsistência, muitos deles já vivia situações semelhantes a que vivem no Brasil nas cidades da Venezuela. Isso por causa, das instalações petrolíferas e o intensivo avanço da fronteira agrícola, que juntos causaram o êxodo rural do indígenas warao.

3.2 O poder público e a assistência as famílias Venezuelanas

Um dos grandes desafios do governo brasileiro é a regularização dos refugiados em massa que chegam ao Brasil. Dessa forma, apesar de o país ter na legislação lei específica para tratar dos refugiados, em 2018 se viu obrigado a baixar o Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de

⁶ Informação dada pela refugiada venezuelana Maria Heredia em 15/06/2023, nome fictício para preservar a identidade.

⁷ Informação dada pela refugiada venezuelana Maria Heredia em 15/06/2023, nome fictício para preservar a identidade.

⁸ Informação dada pela refugiada venezuelana Maria Heredia em 15/06/2023, nome fictício para preservar a identidade.

2018 que permite a identificação provisória do imigrante. Dessa forma, quando os imigrantes chegam ao Brasil, eles procuram a Polícia Federal para solicitarem o pedido de refúgio, que é analisado e deferido pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

Nesse aspecto, de regularização, de acordo Gil (2023) os refugiados ao chegarem na rodoviária procuram o setor administrativo que por sua vez aciona o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Os refugiados são levados pelo CREAS para um abrigo da casa Tra Noi e a partir daí ficam sob responsabilidade da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais do município. (informação verbal).⁹

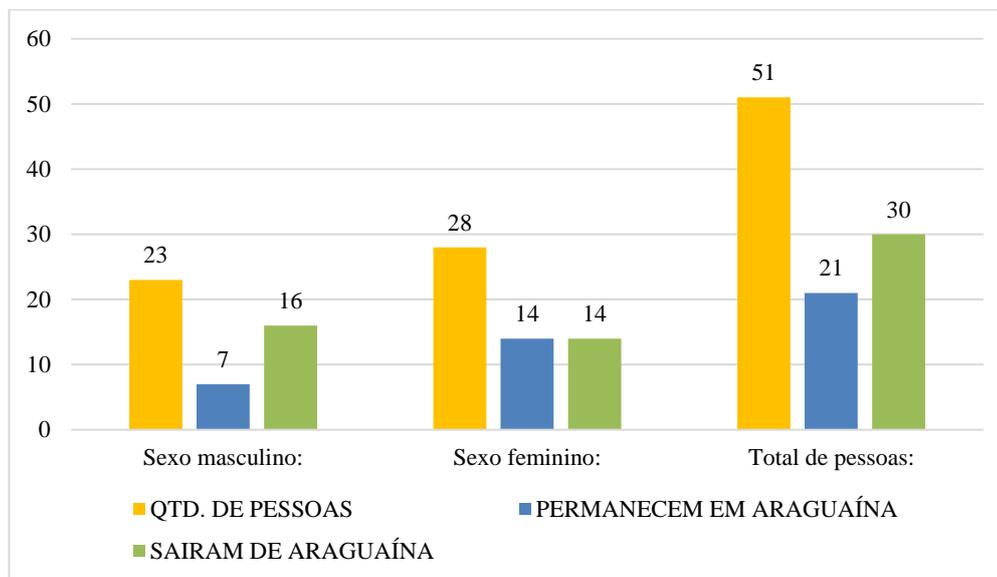
Segundo Gil (2023) e O Af Notícias (2021) o ministério público entrou com uma ação cível obrigando a prefeitura a dar assistência social aos refugiados venezuelanos. (informação verbal)¹⁰. Ainda segundo o jornal a prefeitura além de pagar contas de água e luz e aluguel dos refugiados, ainda teve um prazo de dez dias para contratar refugiados para trabalho temporário. A partir de então, de acordo com Gil (2023) a Diretoria de Políticas Públicas Setoriais assumiu a responsabilidade de tratar da assistência aos venezuelanos, tornando se referência dentro do que ela chama de rede de apoio a migração do município. (informação verbal)¹¹. O Gráfico 4 mostra a dinâmica de permanência e saída por sexo e total, dos refugiados venezuelanos. No início da ação havia 51 pessoas refugiadas, dentre elas, 23 do sexo masculino e 28 do sexo feminino. Porém nem todas essas pessoas permaneceram em Araguaína, ao final permaneceram apenas 21 pessoas, sendo que 30 deixaram de viver no município.

⁹ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

¹⁰ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

¹¹ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

Gráfico 4 — Permanência e saída de imigrantes - 2021



Fonte: Gil (2023)

No que se refere as políticas públicas realizadas pelo governo municipal de Araguaína, de acordo com Gil (2023) é de responsabilidade da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais o atendimento aos imigrantes em situação de vulnerabilidade. (informação verbal)¹². Conforme o (MIGRACIDADES, 2022, p.11) o órgão busca “atender a grupos populacionais tais como: migrantes, indígenas, mulheres, negros, idosos, LGBTQIA+, Pessoas com Deficiência, Pessoas em situação de Rua (através das Minorias Sociais).” Nesse sentido, é possível inferir que não há um órgão exclusivo ao atendimento dos refugiados em Araguaína, mas sim a um grupo de classes que são classificadas como minorias.

Diante da chegada dos primeiros refugiados em Araguaína, a prefeitura ao ser notificada sentiu se na obrigatoriedade de formar políticas que atendesse as demandas dos imigrantes. Nesse viés (MOREIRA, 2014, p. 93) diz que “é preciso propiciar ao refugiado oportunidades de emprego, moradia, aprendizado da língua, utilização de serviços públicos, especialmente de saúde e educação.” Similarmente, como exposto por Gil (2023) a Diretoria de Políticas Públicas tem trabalhado em todas as áreas, formando o que ela chama de rede de apoio a migração, na qual, há pessoas de referência na polícia federal, na educação, saúde e assistência social. (informação verbal)¹³

¹² Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

¹³ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

É evidente, que para que haja um processo de integração com êxito é necessário que a equipe que trabalha diretamente com os refugiados seja capacitada. Entretanto, não houve no município ações relacionadas a questão da capacitação conforme o Sismigra (2022), que julga importante que haja capacitação aos servidores, abordando temas como “diversidade cultural; gênero; direitos humanos; combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia;” (SISMIGRA, 2022, p. 13). Sobre a participação social e cultural dos refugiados, a prefeitura também afirmou ao Sismigra (2022) que não há incentivos para realizações dessas ações.

O Sismigra (2022) aponta que a prefeitura de Araguaína tem buscado disponibilizar aos refugiados, sobretudo aos venezuelanos o fornecimento de informações claras sobre seus direitos e deveres, enquanto cidadãos municipais. Conforme Gil (2023) são feitas reuniões de orientações, reuniões informativas, onde em paralelo os imigrantes já passam suas demandas, além disso, existe também a cartilha do imigrante, que é toda escrita em espanhol para facilitar na compreensão pelos refugiados, e ainda existem grupos no WhatsApp que permite um contato instantâneo dos refugiados com a prefeitura. (informação verbal¹⁴). Além disso, o (SISMIGRA, 2022, p. 16) aponta que a prefeitura fez parcerias com órgãos como a “Cáritas Diocesana, a Casa Tra Noi no Brasil, a Casa Pai e com a Universidade Federal do Tocantins e com o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITIPAC).” Juntos desenvolvendo ações de informação a saúde, educação, e mercado de trabalho.

Relacionado a educação e saúde dos refugiados, para Gil (2023) eles tem acesso facilitados, para ela a partir do momento em que eles se instalam em suas moradias, já são orientados sobre a unidade básica de saúde mais próxima e sobre as escolas para matricularem seus filhos. (informação verbal)¹⁵. O Sismigra (2022) aponta que o serviço de atenção primária a saúde é desburocratizada, em contrapartida Heredia (2023) diz que quando eles têm dinheiro eles pagam pela saúde, porém quando não tem dinheiro eles procuram por saúde pública e são atendidos.

Em relação ao mercado de trabalho, de acordo afirmou Gil (2023) em entrevista, como os refugiados venezuelanos não são de um país que não faz parte do Mercosul, o grau de escolaridade deles não é aceito no Brasil. Porém algumas empresas a consideram o ensino médio. Dessa forma o a maioria dos empregos são aqueles em que não são exigido nenhum tipo

¹⁴ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

¹⁵ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

de escolarização. Diante disso, dentre os homens, a maior procura de trabalho está no ramo da construção civil, e entre as mulheres, nos serviços gerais. (informação verbal) ¹⁶. Segundo o Sismigra (2022) foram contratados pela prefeitura 16 representantes de famílias para atuarem nos serviços públicos de acordo com sua escolaridade.

Tratando do acolhimento habitacional dos refugiados em Araguaína, Gil (2023) informou que a prefeitura busca a autonomia dos povos e que considera os abrigos coletivos, como bolsões de pobreza. (informação verbal) ¹⁷. Dessa forma, a prefeitura tem investido no aluguel social, que é uma ação da prefeitura em pagar o aluguel do imóvel em que viva o refugiado até que ele consiga renda mínima de para se tornar autônomo. Para Heredia (2023) refugiada venezuelana, essa é uma ação muito boa, porque segundo ela nos abrigos havia muitos conflitos. Em contrapartida, relatou que os aluguéis são caros e quando a prefeitura deixa de pagar, eles são abrigados a dividir com uma ou mais famílias a mesma casa. (Informação verbal)¹⁸

3.3 A importância do tema refugiados para a ciência geográfica na escola básica

O ensino da geografia é de acordo com Straforini (2017) um meio de tornar o estudante um cidadão com capacidade de reflexão crítica da sociedade em que está inserido. Dessa forma, de acordo com o autor, é por meio da educação escolar e do ensino da geografia que se permite criar no aluno a percepção das ações espaciais, despertando nele um interesse de participação ativa na construção da sociedade.

Com isso, buscando fazer uma defesa da geografia como componente curricular obrigatório, é imprescindível que fique evidente, que o ensino da geografia é indispensável na formação do cidadão crítico, portanto o papel da geografia escolar:

Consiste em proporcionar aos alunos a formação na perspectiva do cidadão, que busque sempre a justiça e a equidade social a partir do processo de reflexão crítica sobre os fenômenos e eventos espaciais em suas múltiplas e indissociáveis escalas de análise, isto é, considerando o que está próximo (local) e o longínquo (global) como partes de um todo indissociável. (STRAFORINI, 2017, p.182)

¹⁶ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

¹⁷ Informação dada por Gil. Coordenadora da Diretoria de Políticas Públicas Setoriais de Araguaína em 12/06/2023

¹⁸ Informação dada pela refugiada venezuelana Maria Heredia em 15/06/2023, nome fictício para preservar a identidade.

O papel da educação segundo Vesentini (2008), tem com o objetivo o alcance de alguma necessidade de interesse social. Para isso, é essencial o papel do professor, que através do ensino da geografia, por meio de estudos e debates na qual fazem parte da sociedade em que o aluno está inserido, dessa forma, propiciando o desenvolvimento do aluno. Diante do exposto, relacionado a criticidade da geografia, pode se considerar um cidadão geograficamente crítico aquele que sabe

visualizar espacialmente os factos, relacionando-os entre si, de descrever correctamente o meio em que vive ou trabalha, de elaborar um mapa mental desse meio, de utilizar mapas de escalas diversas, de compreender padrões espaciais e compará-los uns com os outros, de se orientar à superfície terrestre (SILVA, 2011, p. 35)

Segundo a BNCC (Brasil 2018), a geografia tem o papel de ajudar na compreensão crítica do mundo, através das transformações e interações sociais em todo o planeta. Dessa forma, entender e compreender as dinâmicas migratórias, nos permite que se perceber as conexões entre os contextos sociais econômicos e políticos, dentro das categorias de estudo da geografia.

Assim sendo, o estudo das migrações é uma maneira de observar a realidade vivenciada (neste caso, pelos alunos da cidade de Araguaína) compreendendo a interação entre a escala local e a global. A chegada dos imigrantes refugiados venezuelanos deve ser apresentada como um problema social, e aos alunos deve se estimular a saber e pensar o espaço de forma consciente, tornando-os capazes de conviverem e enfrentarem esse problema social no qual estão inseridos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou se estudar os refugiados venezuelanos na cidade de Araguaína, e entender suas dinâmicas migratórias desde que saíram da Venezuela influenciados pela crise econômica, guerra civil e política no governo de Nicolás Maduro até a chegada e permanência na cidade de Araguaína.

Os principais objetivos desse estudo foram as compreensões das razões que levaram esses imigrantes a virem para o Brasil, especialmente para a cidade de Araguaína como o caso dos Venezuelanos, em sua magnitude motivadas pelas questões políticas, econômicas e sociais no seu país de origem, bem como as políticas assistencialistas do município em relação as famílias refugiadas.

Portanto, pode se considerar que os proposito aqui almejados foram alcançados. Através da pesquisa, pode se constatar que as dinâmicas migratórias vêm se intensificando a partir da globalização. Nesse aspecto uns migram em busca de condições financeiras melhores, outros migram porque se veem obrigados, sendo que a fuga de seu país de origem seja sua única condição de vida.

Compreende se também que a presença de imigrantes e principalmente de refugiados, modificam a dinâmica do território. E que para a estadia legalizada dessas pessoas no Brasil, é necessário que eles estejam enquadrados nas leis que regulamentam a migração e o refúgio no país. Dessa forma, foi visto que o governo federal, por meio de leis e decretos tem agido para a regularização e integração dos refugiados venezuelanos, embora o deferimento da condição de refugiado seja demorado.

No município de Araguaína, a maioria dos refugiados são dos povos indígenas venezuelanos Waraos, tendo também venezuelanos não indígenas. Compreende se que o governo local também tenha contribuído para a integração dos refugiados em seu território, destacando se no processo de acolhimento e na formação de um indivíduo autônomo.

Além disso, é notório que o estudo das migrações e refúgios dentro da disciplina de geografia, possibilita na formação de cidadãos éticos, que respeitem as diferenças, contribuindo na transformação de uma sociedade justa e harmoniosa entre nacional e migrante dentro de um mesmo território.

Dentre as dificuldades para realização desse trabalho pode se destacar a o contato verbal com os refugiados venezuelanos em Araguaína, de forma que entre os contactados havia uma primeira conversa, porém quando se tratava da entrevista para coleta de dados apresentavam resistências em responder. Destaca se também, ainda não haver nenhum trabalho

científico/acadêmico relacionado exclusivamente aos refugiados venezuelanos na cidade de Araguaína.

Espera-se que essa pesquisa contribua para a compreensão da dinâmica dos imigrantes, eliminando preconceitos e diminuindo as desigualdades sociais entre os brasileiros e os refugiados. Além disso, se espera que essa pesquisa possa incentivar a criação de novas pesquisas relacionadas sobre o tema e que não foi possível abordar dentro desse trabalho, como por exemplo, compreender a migração dos refugiados na cidades brasileiras, em busca de tranquilidade de vida.

REFERÊNCIAS

ACNUR (Genebra). **CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS**. 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

ACNUR. **ACNUR no Brasil**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/#:~:text=Importante%20destacar%20a%20diversidade%20de,haitianos%20\(2%2C7%25\)..](https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/#:~:text=Importante%20destacar%20a%20diversidade%20de,haitianos%20(2%2C7%25)..) Acesso em: 21 abr. 2023.

AF NOTÍCIAS: Justiça obriga prefeitura de Araguaína a dar emprego para venezuelanos refugiados. Araguaína To, 02 out. 2021. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/cidades/justica-obriga-prefeitura-de-araguaina-a-dar-emprego-para-venezuelanos-refugiados>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6975, de 2009. .

BRASIL. Portaria Interministerial nº 09, de 2018. . Brasília,

BRASIL. **Lei Nº 9.474, de 22 de Julho de 1997**.. Brasília , 22 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm. Acesso em: 25 jun. 2022.

DAYA HAYAKAWA ALMEIDA (Vienna). Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (Unodc). **Relatório situacional Brasil**. Vienna: Nações Unidas, 2021. 59 p.

FRANÇA, Ludimila Teixeira; FERRAZ, Sueli Marques. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DOS INDÍGENAS WARAO EM ARAGUAÍNA: OS CONFLITOS CULTURAIS. . **Jnt- Facit Business And Technology Journal**., [s. l], v. 1, p. 312-323, 2022.

LIMA, Sarah Somensi de; SILVA, Leda Maria Messias da. OS IMIGRANTES NO BRASIL, SUA VULNERABILIDADE E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 387-403, 3 out. 2017. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i2.4804>.

MIGRACIDADES. **Perfil de Governança Migratória Local do Município de Araguaína**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2022.

MOREIRA, Julia Bertino. A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. **Cadernos Prolam/Usp**, [s. l], v. 2, n. 4, p. 57-76, 2005.

OLIVEIRA, Willan Albuquerque de. A IMIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL E A ATUAÇÃO DA POLICIA FEDERAL NA FRONTEIRA: uma análise sobre a solicitação de refúgio e residência temporária. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 321-263, 2020.

PAULA, Carlos Alvarenga Ferradosa. A RECEPÇÃO, INTERIORIZAÇÃO E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL. **Revista Brazcubas**, S.I, v. 8, n. 6, p. 10-20, 2019.

RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Cla Cultural, 2011.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANISTAS UNISINOS. São Leopoldo: Revista do Instituto Humanistas Unisinos, 23 maio 2011.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Ana Celeste. **Migrações, Geografia Escolar e Educação para a Cidadania**. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Historia e Geografia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

SILVA, César Augusto Silva da; RODRIGUES, Viviane Mazine. Refugiados:: o reassentamento solidário no território brasileiro. **Refugiados: Revista do Migrante**, [S.I], n. 64, p. 49-58, 2009.

STRAFORINI, Rafael. O ensino da Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 32, n. 93, p. 176-195, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180037>.

VANDERMUREM, Matheus Martinelli; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. Uma análise sobre a assistência social aos refugiados em território brasileiro. **Derecho y Cambio Social**, [s. l], p. 504-519, 2019.

VESENTINI, Jose William. **PARA UMA GEOGRAFIA CRÍTICA NA ESCOLA**. São Paulo: Editora do Autor, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/RegisterToDownload/UserTaggingSurvey>. Acesso em: 01 jul. 2022.